

BRASIL

**Segundo Projeto de Assistência Técnica para os Setores Energético e Mineral – META II
(P170850)**

Missão de Supervisão: 21 a 23 de novembro e 6 a 17 de março de 2023

1. Entre o período de 6 a 17 de março de 2023, o Banco Mundial (BM) realizou, com o Ministério de Minas e Energia (MME), a Missão de Supervisão do Segundo Projeto de Assistência Técnica para os Setores Energético e Mineral – META II. Essa missão, em pessoa, segue a missão virtual que se realizou entre o período de 21 a 23 de novembro do 2022. A equipe do BM agradece aos servidores do MME, em Brasília, e aos funcionários da EPE, ONS, CCEE, SEE e SPE pela excelente coordenação e organização das reuniões. A lista de participantes nas diversas reuniões encontra-se no Anexo 6.

Os objetivos da missão incluíram: (i) supervisionar o avanço e o status da implementação do projeto; (2) revisar, em conjunto com o MME, as metas e indicadores do projeto; (3) avaliar o progresso do cronograma de implementação e atualizá-lo, e revisar o perfil de desembolsos; (4) avaliar a situação de possíveis novas atividades a serem implementadas no projeto; e (5) realizar visita de campo aos coexecutores do projeto – EPE e ONS (Rio de Janeiro) e CCEE (São Paulo).

2. As principais conclusões da missão foram:

- a) Com o resultado das eleições de 2022, mudaram todos os cargos de comando dentro do MME. O Sr. Alexandre Silveira de Oliveira, novo Ministro de Minas e Energia reafirmou o caráter estratégico da parceria com o Banco Mundial e da relevância do projeto META 2, e de sua importância no auxílio da implementação da nova política energética. Com essa mudança, também houve um realinhamento nas áreas prioritárias do governo em relação ao setor de energia. As reuniões entre o MME e BM ratificaram o entendimento de que o Projeto META 2 continua sendo uma ferramenta importante para o Governo estudar e executar seus planos.
- b) A classificação do projeto META 2 dentro do Banco Mundial teve que ter sua classificação rebaixada devido a implementação lenta. Porém, o projeto está começando a mostrar que está superando as dificuldades iniciais relacionadas ao atraso devido à pandemia com atividades lançadas por todas as coexecutoras externas. Além disso, mesmo com a mudança na chefia da UGP central relacionadas à mudança de gestão, a UGP central agora está completa e apoiando todas as coexecutoras.
- c) Ainda há necessidade de se identificar atividades em substituição aquelas já realizadas com recursos próprios, assim como as que possam ser executadas com os ganhos adquiridos pela mudança de cambio. Esses recursos no momento estão em US\$ 8 milhões (aprox. R\$ 40 milhões). Ficou acordado que o MME enviará uma proposta até 31 de Maio de 2023.
- d) O atraso inicial, devido a pandemia, e a disponibilidade de recursos adicionais em Reais, já sinaliza uma possível necessidade de uma extensão do projeto. Porém essa extensão ainda não pode ser considerada pelo Banco Mundial até que se tenha uma execução física satisfatória com atividades lançadas e sendo executadas. Com a data atual de encerramento do projeto, o Banco, MME e as Coexecutoras precisam ter atenção com as atividades que tem uma duração de 24 meses ou mais de implementação que ainda não foram lançadas, em específico os TDRs: 4, 5, 20, 25, 27, 28, 29, 30 e 36.

- e) Foi constatado que 11 atividades do projeto (TDR 4, 5, 12, 25, 27, 28, 34.1, 34.2, 36, 37 e 39), num valor de R\$ 72,6 milhões (US\$ 14,1 milhões), estão em fase de preparação licitatória, 9 atividades do projeto (TDR 11, 13, 14, 16, 19, 20, 22, 24 e 40), num valor de R\$ 46,7 milhões (US\$ 9,1 milhões), foram lançadas, duas (TDR 15 e 23), num valor de R\$ 22,8 milhões (US\$ 2,4 milhões), estão em execução, e três (TDR 29, 30, 31), num valor de R\$ 15,8 milhões (US\$ 3,1 milhões) ainda estão com termos de referência a serem finalizados.
- f) **Monitoramento e Avaliação.** A equipe do Banco e o MME revisaram os indicadores do projeto. Os indicadores do objetivo de desenvolvimento do projeto continuam relevantes ao momento, e as metas ainda atingíveis. No caso dos indicadores intermediários, o indicador de política do setor de gás se tornou obsoleto, a menos que uma nova atividade seja incluída.
- g) **Desembolso em 2023.** A equipe do MME informou que existe uma programação de desembolsos, com a contratação atual de atividades, é de R\$ 30,1 milhões para 2023, R\$ 57 milhões para 2024 e R\$ 27 milhões para 2025. Dado as economias, devido a cancelamento de atividades, esses valores provavelmente serão revisados para se poder fazer uso dos fundos disponíveis.
- h) **Fundos de Contrapartida.** O total de gastos com fundos de contrapartida é de R\$ 40 mi. Nota-se que esse montante leva em consideração várias atividades, em particular no setor de gás, que foram identificadas através de estudos realizados dentro do META 1 e por outros estudos do BM.
- i) **Gestão do Projeto.** O segundo diretor de projeto iniciou o seu trabalho um mês antes da missão de meio termo, porém, mesmo com essa última mudança, o BM notou que a gestão do projeto já demonstrou um avanço significativo no seu desenvolvimento. Ficou evidente que há uma melhora no acompanhamento do projeto e que isso tende a melhorar durante o restante do período do projeto, exemplificado pelas tabelas de acompanhamento das atividades.

O BM se viu satisfeito com a UGP na maneira que tem utilizado seu sistema de acompanhamento do projeto (SPOT). A equipe do BM pediu para que sejam adicionados gráficos refletindo os valores agregados dos processos organizados por estágio de andamento para que se possa visualizar a evolução do trabalho de preparação da execução dos componentes a montante do desembolso efetivo.

- j) **Gestão Financeira.** Foram revistos os arranjos de Gerenciamento Financeiro do projeto e, após análise, foi considerado que a UGP tem, em seus quadros, servidores competentes, apesar de a equipe não estar adequadamente composta, uma vez que ainda não foi possível finalizar a contratação da equipe temporária de apoio do Projeto. Destaca-se que o suporte atualmente vem sendo feito por estagiários, entretanto, todos estes estagiários são da área de economia. É recomendável que, até que se possa realizar o concurso de contratação temporária, que o Projeto tenha pelo menos um estagiário da área de contabilidade, para suporte à preparação dos relatórios financeiros do Projeto (SOEs e IFRs). O processo orçamentário está funcionando bem; os sistemas de controle são adequados; o fluxo de fundos está adequado; todavia, o Projeto apresenta um baixo volume de desembolsos, que esperamos que seja normalizado em 2023 pela finalização dos termos de referência e início da implementação de parte relevante das atividades. O sistema de contabilização e preparação de relatórios financeiros continuam satisfatórios, mas identifica-se constante atraso nas entregas dos relatórios financeiros ao Banco. Finalmente, os arranjos de auditoria externa atendem as normas do Banco Mundial. Assim, mantém-se os

arranjos de Gerenciamento Financeiro como moderadamente satisfatórios. O detalhamento da supervisão de gestão financeira se encontra no anexo 4.

- k) **Aquisições.** Do ponto de vista de aquisições, o Especialista de Aquisições alertou para as dificuldades do MME em implementar as ações do Plano de Aquisições, as quais correspondem ao desembolso de 64% do total de aquisições planejadas, sendo necessário identificar os pontos de ‘gargalo’ que têm impactado no andamento dos processos licitatórios e definir um plano de ação para implementação das aquisições consideradas críticas. No tocante ao planejamento adequado das aquisições, a missão reforçou a importância e a obrigatoriedade de cada agência executora atualizar e submeter o seu respectivo plano de aquisições para aprovação do Banco via o Sistema STEP. O detalhamento da supervisão de aquisições se encontra no anexo 5.
- l) **Gestão de Riscos Ambientais e Sociais.** A missão verificou como satisfatório o avanço do Projeto no cumprimento das ações relacionadas à Gestão de Riscos Ambientais e Sociais. A UGP planeja atingir o cumprimento integral do Plano de Compromissos Ambientais e Sociais (ESCP), apresentando, até o fim de março, o relatório semestral de monitoramento do desempenho ambiental, social, de saúde e segurança (ESHS) do Projeto. A UGP informou que iniciou tratativas com a ANM para desenvolver capacitação ambiental e social da equipe da Agência Nacional de Mineração – ANM, utilizando os recursos previstos no TdR 37.

A equipe da UGP solicitou novas reuniões para capacitação sobre o Quadro de Gestão Ambiental e Social (ESF) do Banco e a atualização do Plano de Compromissos Ambientais e Sociais, considerando que cancelamento de diversos subprojetos e a proposta de inserção de novos subprojetos - incluindo o TdR 40 sobre precificação de carbono e estudos para certificação de hidrogênio líquido.

- m) **Próxima missão.** A próxima missão de supervisão, em pessoa, está prevista para setembro/outubro de 2023, sendo essa em pessoa. O MME deve confirmar disponibilidade da equipe.

3. Plano de Ação:

Ações acordadas	Responsável	Prazo
Gestão Geral do Projeto		
Entregar relatório de progresso	UGP	14/4
Identificação de novas atividades	UGP	31/5
Confirmar data da próxima missão (9/2023)	MME	30/7/2023
Aquisições		
Apresentação do cronograma de execução do novo processo de seleção de serviços de consultoria de Transformação Digital do Programa de Outorga 4.0.	ANM	30/03/2023
Revisão e submissão do plano de aquisições da ANM via Sistema STEP.	ANM	30/03/2023
Revisão e submissão do plano de aquisições da CCEE via Sistema STEP	CCEE	30/03/2023
Mapeamento das etapas das aquisições propondo otimização de etapas e redução de prazos internos de análise	CCEE	30/03/2023
Elaborar um plano de ação para o gerenciamento dos contratos do projeto	CCEE	30/05/2023
Revisão e submissão do plano de aquisições do MME via Sistema STEP	MME	30/03/2023
Elaborar um plano de ação para mitigar os atrasos das aquisições, incluindo o mapeamento das etapas internas das aquisições e propondo otimização e redução de prazos internos de análise.	MME	30/03/2023
Treinamento de Gerenciamento de Contratos	Banco / MME / CCEE	Última semana de Abril/2023
Gestão Financeira		
Enviar pedido de documentação dos gastos retroativos ao Banco	UGP	10/3/2023
Enviar próximo pedido de desembolso ao Banco	UGP	30/03/2023
Entregar os IFRs referentes ao 1º semestre de 2023 ao Banco	UGP	14/08/2023
Entregar o relatório de auditoria, cobrindo os anos fiscais de 2021 e 2022	UGP	30/06/2023
Enviar o POA 2024 ao Banco	UGP	30/11/2023
Salvaguardas		
Apresentar Relatório Semestral de monitoramento do desempenho ambiental, social, de saúde e segurança (ESHS) do Projeto.	UGP	30/3
Atualizar o Estudo de Caracterização e Avaliação de Impactos Sociais e Ambientais - "Scoping Paper."	UGP	30/4
Novas reuniões para capacitação sobre o Quadro de Gestão Ambiental e Social (ESF) do Banco.	UGP/Banco	
Apresentação de Proposta para Atualização do Plano de Compromisso Ambiental e Social (ESCP) do Projeto.	UGP	

Agencia	TDR	Ações acordadas	Responsável	Prazo
Ações dos TDRs				
ANM	4 - Transformação Digital do Programa de Outorga 4.0.	Assinatura de contrato	ANM	20/6
CCEE	11 - Modernização dos Sistemas de Contabilização e Liquidação do Setor Elétrico Brasileiro - Módulos on-line do sistema.	Abertura de Proposta técnica	CCEE	5/6
	13 - Modernização dos Sistemas de Contabilização e Liquidação – Evolução da Arquitetura de Referência da Plataforma de Integração.	Assinatura de contrato	CCEE	5/5
	14 - Estudo sobre a formação de preço de energia elétrica de curto prazo: uma análise do mercado brasileiro.	Assinatura de contrato	CCEE	11/4
EPE	16 - Avaliação de estocagem subterrânea de gás natural no Brasil.	Assinatura de contrato	EPE	4/6
	20 - Estudos de planejamento da infraestrutura de abastecimento de combustíveis.	Decisão sobre lançamento de processo de licitação	EPE	7/4
	40 - Precificação de carbono	Assinatura de contrato	EPE	15/7
ONS	22 - Valor Agregado do ONS: Metodologia para avaliação dos custos da operação do SIN.	Assinatura do contrato	ONS	22/5
	24 - Previsão de Geração de Fonte Solar: Estudo de variáveis influentes e desenvolvimento de modelo de previsão.	Assinatura do contrato	ONS	17/6
SGM/UGP	27 - Estudo para a inserção tecnológica de pequenas e médias empresas de mineração.	TDR revisado enviado ao BM	SGM/UGP	24/3
		Equipe de salvaguardas do BM enviar TDR revisado ao RSA	BM	31/3
	28 - Mineração e sociedade: atividade extractiva como elo para a promoção da autonomia econômica municipal e do desenvolvimento socioambiental.	TDR revisado enviado ao BM	SGM/UGP	24/3
		Equipe de salvaguardas do BM enviar TDR revisado ao RSA	BM	31/3
SPE/UGP	34.1 - Estudo sobre mudanças climáticas e mapeamento das ameaças ao SIN. EÓLICA	TDR enviado ao BM	SPE/UGP	21/4
	34.2 - Estudo sobre mudanças climáticas e mapeamento das ameaças ao SIN. SOLAR	TDR enviado ao BM	SPE/UGP	5/5
	36.1 - Procedimentos para a elaboração do Balanço de Energia Útil. Plano Amostral	TDR do SQC enviado ao BM	SPE/UGP	24/3
SPOA/UGP	37 - Capacitação de instituições para solução de problemas de negócio (MME, ANEEL, CCEE, EPE e ONS).	Identificação de capacitação da ANM em salvaguardas	SPOA/UGP	28/4

4. Revisão de Meio-Termo

O BM e o MME (i) fizeram uma análise detalhada do escopo geral do projeto, (ii) avaliaram o status de andamento de cada componente, verificando que os parâmetros de cada atividade se encaixam aos objetivos do projeto, (iii) revisaram as estimativas dos valores de cada atividade, (iv) avaliaram a gestão financeira, (v) avaliaram os procedimentos das licitações, e (vi) avaliaram o cumprimento das salvaguardas socioambientais. A conclusão é que os objetivos continuam relevantes e podem ser alcançados ao completar as atividades do projeto.

A atualização de cada um dos 38 TdRs está refletida nesta Ajuda Memória. Importante levar em consideração a data de encerramento do Projeto (31/12/2025) e que as consultorias devem estar finalizadas e os produtos/relatórios entregues e finalizados até meados de 2025 a fim de evitar atrasos.

5. Estado atual dos Componentes:

A missão revisou todas as atividades do Projeto, e discutiu em maior detalhe aquelas cujos TdRs já haviam sido preparados. Em alguns casos, verificou-se que as atividades inicialmente previstas sob o META II tiveram de ser executadas pelas agências implementadoras antes da efetividade do Projeto dados os atrasos e a urgência em completar as mesmas. Em outros casos, as mudanças feitas (ou previstas) nas leis modificaram o escopo dos TdRs originais ou tornaram o escopo dos TdRs desnecessário. Em vistas destas alterações próprias de um processo prolongado como o do META II, o Banco aguarda propostas de complementação ou substituição destas e/ou modificações a estas atividades.

Componente 1 – Assistência técnica para aumentar a eficiência, a adequação da infraestrutura de longo prazo e a resiliência climática nos setores de energia e mineração (US\$ 20,07 milhões):

- Subcomponente I: Trabalho analítico para informar reformas no setor de elétrico:
 - ❖ Estudos técnicos para aumentar a resiliência às mudanças climáticas no setor, informando a revisão das metodologias de planejamento e despacho;
 - **TDR 17 – (EPE)** Estudos sobre aperfeiçoamentos na metodologia do cálculo de sinal locacional de transmissão, incluindo análises de preços nodais, direitos financeiros de transmissão e sua destinação no âmbito do mercado de energia (com capacitação): *Subprojeto cancelado, tendo em vista manifestação da EPE.*
 - **TDR 22 – (ONS)** Estudos para desenvolver e implantar uma metodologia para avaliação dos custos da operação do SIN com análise dos impactos em tempo real e pós operação, bem como para mensurar os benefícios decorrentes da atuação do ONS: *O ONS informou que houve a abertura das propostas técnicas e quatro empresas apresentaram propostas.*
 - ❖ Assistência técnica para informar a revisão/criação de mercados de eletricidade;
 - **TDR 18 – (EPE)** Estudo de Desenho de Mercado e “Sistemática” de Leilão (inclusive com capacitação): *Subprojeto cancelado, tendo em vista manifestação da EPE.*
 - **TDR 35 – (SPE)** Atributos das Fontes de Geração de Energia no Ambiente de Contratação Regulado: *Cancelado por falta de pessoal para execução.*
 - **TDR 14 - (CCEE)** Estudo sobre a formação de preço por oferta em diversos países: *A CCEE informou que a assinatura de contrato prevista para 11/04/23. O contrato tem uma expectativa de 24 meses de execução.*
 - **TDR 25 - (SEE)** Avaliação da inserção de veículos elétricos na Matriz de Energia Elétrica Nacional: *Escopo será revisto pela SEE.*

- **TDR 40 – (EPE)** Precificação de carbono: *O prazo para Manifestação de Interesse se encerrou em 27/01. Foram recebidas 5 manifestações de interesse. EPE iniciou a avaliação dos portfólios.*
- Subcomponente II: Trabalho analítico para informar as reformas no setor de petróleo e gás:
- ❖ Estudos destinados a apoiar o Projeto de um mercado competitivo de gás;
 - **TDR 9 – (ANP)** Avaliação de Mecanismos que Promovam a Competitividade no Mercado de Gás Natural no Brasil: *Termo de Referência executado pela ANP com recursos próprios.*
 - Estudos voltados para apoiar a criação de suprimentos flexíveis de gás;
 - **TDR 16 – (EPE)** Avaliação de Estocagem Subterrânea de Gás Natural (ESGN) no Brasil: *TDRs ainda estão sobre avaliação da equipe de salvaguardas do Banco Mundial.*
 - **TDR 20 – (EPE)** Estudos de Planejamento da Infraestrutura do Abastecimento de Combustíveis: *Por questões de TI, houve um ajuste nos TDRs para que não tivesse risco de manutenção. Publicada a Solicitação de Manifestação de Interesse para seleção de empresas de consultoria. Até janeiro apenas 3 empresas manifestaram interesse, e com uma extensão de prazo mais uma empresa mostrou interesse. Cronograma de implementação é de 900 dias, que vai além do prazo de execução do projeto. Dado que a atividade tem uma curva de aprendizado, não tem como reduzir o prazo de execução. Sendo assim, a diretoria da EPE tem que decidir se arcariam com os custos que vão além do projeto, caso não haja uma extensão do META 2.*
 - **TDR 21 – (EPE)** Coleta de dados sobre consumo de lenha e carvão vegetal no setor residencial: *Cancelado.*
- Subcomponente III: Trabalho analítico para implementar reformas no setor mineral:
- ❖ Trabalho analítico para aumentar a resiliência às mudanças climáticas no setor;
 - **TDR 6 – (ANM)** Modernização do Estoque Regulatório. Harmonização das regulamentações para a operacionalização da ANM: *Cancelado por já ter sido executado pela área.*
 - **TDR 33 – (SGM)** Revisão do Plano Nacional de Mineração – PNM 2050 - Promover a revisão do PNM 2030, publicado em 2011 pela SGM/MME: *PNM está no processo de ser lançado. Cancelado.*
 - ❖ Trabalho analítico para informar as melhores práticas no setor mineral;
 - **TDR 5 – (ANM)** Modernização da infraestrutura tecnológica e aprimoramento da Segurança da Informação da ANM, para melhoria da eficiência no atendimento ao setor regulado e atendimento à Lei Geral de Proteção de Dados: *ANM consultou sobre a possibilidade de subdividir o escopo do TDR original para contratação parcial de equipamentos e serviços, para o que foi informado ser possível.*
 - **TDR 27 – (SGM)** Estudo para avaliar a inserção tecnológica para aprimoramento produtivo das pequenas e médias empresas de mineração: Projeto reapresentado com o título: "Contratação de Consultoria para Realizar o Estudo para a Inserção Tecnológica de Pequenas e Médias Empresas de Mineração". *A equipe de salvaguardas do Banco proveu comentários durante a missão, e uma versão final será enviada ao Banco. Dado a avaliação de risco de salvaguardas, esse TDR será avaliado pela RSA. Com 24 meses de implementação, o Banco e a SGM.*
 - **TDR 30 – (SGM)** Observatório Nacional de Mineração: *A SGM informou que deve apresentar uma Proposta de substituição do atual escopo dos TDRs 30 e 31 por projeto destinado a realizar inventário e classificação para monitoramento de pilhas estéreis. Verificar melhores práticas internacionais e com a equipe de salvaguardas do Banco. Conversar com a ANM sobre o interesse na coexecução do subprojeto.*

- **TDR 31 – (SGM)** Economia Mineral - Subsidiar a estruturação do “Observatório da Mineração” e da área Economia Mineral: A SGM informou que deve apresentar uma Proposta de substituição do atual escopo dos TDRs 30 e 31 por projeto destinado a realizar inventário e classificação para monitoramento de pilhas estéreis. Verificar melhores práticas internacionais e com a equipe de salvaguardas do Banco. Conversar com a ANM sobre o interesse na coexecução do subprojeto.

Componente 2 - Fortalecimento institucional das instituições de energia e mineração para estabelecer e implementar estratégias, políticas e regulamentação (US\$ 17.48 milhões):

- Subcomponente I: Fortalecendo a capacidade regulatória, de planejamento e operacional do setor elétrico:
 - ❖ Atividades destinadas a incluir parâmetros de mudança climática no planejamento do setor de energia:
 - **TDR 23 – (ONS)** Desenvolver pesquisa para a identificação de causalidade das mudanças climáticas no regime de vazões e das principais variáveis meteorológicas de interesse para a operação do SIN: *O primeiro contrato da atividade foi assinado e a reunião de “kick-off” foi realizado entre 6-7 de março.*
 - **TDR 34 – (SPE)** Contratação de consultoria a fim de identificar as mudanças climáticas e mapear as ameaças ao Sistema Interligado Nacional (SIN), face às mudanças climáticas. Proposição de métodos e processos para o estudo da vulnerabilidade sistêmica do SIN, face às mudanças climáticas: *A atividade será dividida em duas – 34.1 (Eólica – 210 dias de execução, R\$ 610,000) e 34.2 (Solar – a ser definido). A versão final do TDR 34.1 deve ser enviada ao Banco até 6 de abril. A primeira versão de 34.2 será enviada até meado de abril.*
 - ❖ Digitalização e otimização de sistemas de contabilidade e liquidação.
 - **TDR 2 – (ANEEL)** Criação de solução tecnológica para armazenamento das informações de empreendimentos de geração de energia elétrica, integrada com a estrutura de TI vigente, que contemple modelagem e desenvolvimento de novo banco de dados, estruturação de interface, rastreabilidade, mineração de dados e monitoramento da qualidade das informações contidas em banco: *Atividade feita com recursos próprios. Cancelado.*
 - **TDR 3 – (ANEEL)** Projeto de transformação digital para melhoria da maturidade analítica da ANEEL: *Atividade feita com recursos próprios. Cancelado.*
 - **TDR 11 – (CCEE)** Modernização dos sistemas de contabilização e liquidação do setor elétrico Brasileiro (Clique): *Processo lançado. A abertura de propostas técnicas está prevista para 05/06/23. A abertura de propostas financeiras está prevista para 27/07/23 e a assinatura de contrato prevista para 05/10/23.*
 - **TDR 12 – (CCEE)** Modernização dos sistemas de contabilização e liquidação do setor elétrico Brasileiro Motor de Cálculo do Sistema: *Previsão publicação do AMI no dia 26/06/23, abertura de propostas técnicas e financeiras no dia 01/11/23 e a assinatura de contrato prevista para 23/12/23.*
 - **TDR 13 – (CCEE)** Modernização dos sistemas de contabilização e liquidação do setor elétrico Brasileiro: Arquitetura de Referência para o modelo de integração B2B da CCEE: Projeto reapresentado com o título: “Modernização do Sistema de Contabilização e Liquidação – CliqCCEE Evolução da Arquitetura de Referência da Plataforma de Integração”. *Processo lançado. As propostas financeiras foram abertas no dia 13/03/23 e a assinatura de contrato prevista para 05/05/23.*

- ❖ Suporte para o desenvolvimento e implementação de modelos de previsão de ER, sistemas de controle e outras ferramentas;
 - **TDR 24 – (ONS)** Previsão de Geração de Fonte Solar: Estudo de variáveis influentes e desenvolvimento de modelo de previsão: *O ONS informou que a previsão de assinarem o contrato é em abril, com inicio dos trabalhos em maio.*
 - **TDR 26 – (SEE)** Política Pública para a Geração Distribuída – GD: Projeto reapresentado com o título “Mecanismos para maximizar o Custo-Benefício do uso de Geração Distribuída nas Redes de Energia Elétrica no Brasil”: *Dado o progresso alcançado fora do projeto, atividade cancelado.*
- Subcomponente II: Fortalecendo a capacidade de planejamento, regulamentação e monitoramento das principais instituições do setor de petróleo e gás;
 - **TDR 7 – (ANP)** Desenvolvimento de metodologia de Análise de Resultado Regulatório (ARR) e aplicação a 3 (três) projetos-piloto, sendo um para cada segmento regulado pela ANP: exploração e produção de petróleo e gás natural, produção de combustíveis e abastecimento de combustíveis: *Cancelado.*
 - **TDR 8 – (ANP)** Desenvolver solução de TI visando à obtenção, de forma automatizada, de informações sobre a comercialização varejista de combustíveis automotivos e de GLP (volumes e preços), considerando o aumento da abrangência e da agilidade, contribuindo para a identificação de infrações regulatórias e de indícios de condutas anticompetitivas (cartéis na revenda de combustíveis): *Cancelado.*
 - **TDR 10 – (ANP)** Desenvolvimento de metodologia de simplificação administrativa para definir critérios de seleção e análise (qualitativa e quantitativa) das Resoluções da ANP, com o objetivo de reduzir custos administrativos desnecessários (fardo regulatório) para os agentes regulados e aplicação a 3 (três) projetos-piloto, sendo um para cada segmento regulado pela ANP: exploração e produção de petróleo e gás natural, produção de combustíveis e abastecimento de combustíveis: *Cancelado.*
 - **TDR 19 – (EPE)** Avaliação da Frota de Veículos Leves nos domicílios brasileiros (PeFROTA – Pesquisa de Frota de Automóveis e Motocicletas nos Domicílios): *O Aviso de Manifestação de Interesse foi publicado, mas nenhuma empresa manifestou interesse. A EPE trabalhará com o especialista de licitação do Banco para avaliar opções.*
 - **TDR 36 – (SPE)** Procedimentos para a elaboração do Balanço de Energia Útil (com auditoria energética. *O processo será feito como plano amostral para depois licitar o serviço de levantamento de dados. O novo Secretário será consultado antes de dar seguimento no trabalho.*
 - **TDR 39 – (ASSEC/MME)** Análise do impacto tributário no setor energético: *BM enviou comentários nos TDRs em 16 de março. Processo de aquisições de revisão posterior.*
- Subcomponente III: Fortalecendo a capacidade de planejamento e regulamentação das principais instituições do setor mineral; assistência
 - **TDR 4 – (ANM)** Aprimoramento da fiscalização, análise de relatórios de pesquisa e monitoramento de atividades minerárias: desenvolvimento de um sistema, plataforma de TI, automatizado de monitoramento contínuo de atividades minerárias, detecção de mudanças e análises automatizadas do relatório de pesquisa e lavra: Versão final apresentada com o título “Contratação de Apoio Técnico Especializado de Gestão de Inovação, Projetos, Processos e Tecnologia para viabilizar a Transformação Digital do Programa de Outorga”: *A Consulta Pública foi prorrogada até 01/03 e o mercado deu sinalização positiva com várias contribuições.*
 - **TDR 15 – (CPRM)** Ampliação da Base Laboratorial do Serviço Geológico do Brasil/CPRM - Aquisição de Equipamentos de Análises Químicas e Geoquímicas para o Laboratório de

Análises Minerais - Rede LAMIN: A CPRM informou que está lançando no STEP a adjudicação e homologação do Pregão Eletrônico nº 12, conforme orientações do BM. A empresa vencedora do certame ofereceu como melhor proposta R\$ 2.490.000,00.

- **TDR 28 – (SGM)** Mineração e sociedade - Objetiva preparar a municipalidade – população, gestores e sociedade organizada – para a diversificação da matriz econômica - atividade extractiva-mineral: *A equipe de salvaguardas do Banco proveu comentários durante a missão, e uma versão final será enviada ao Banco. Dado a avaliação de risco de salvaguardas, esse TDR será avaliado pela RSA. Com 24 meses de implementação, o Banco e a SGM.*
- **TDR 29 - (SGM)** Estudo sobre aproveitamento de resíduos da mineração. Projeto reapresentado com o título "Contratação de Consultoria para Realizar o Estudo do Uso Sustentável de Resíduos Sólidos da Mineração no Brasil": *A SGM informou que o TDR-29 se encontra em revisão para aderir ao Plano Nacional de Mineração. Deve estar concluído até fev/2023. O Departamento responsável informou que irá aguardar as diretrizes do PNM 2050 e no próximo ano fará a revisão do TDR 29, seguindo as orientações do PNM.*
- **TDR 32 – (SGM)** Mineração Urbana: Reaproveitamento de resíduos de equipamentos eletrônicos. Estudo para avaliar a atual legislação e práticas para o reuso e reciclagem de equipamentos eletrônicos: *Cancelado. SGM utilizou outra fonte de financiamento.*

- Subcomponente IV: Capacitação institucional e de gerenciamento do pessoal ministerial e da agência:
 - **TDR 1 – (AEGE)** Supervisão ministerial e governança corporativa de estatais: *TDR em elaboração pela AEGE.*
 - **TDR 37 - (SPOA)** Capacitação de instituições para solução de problemas de negócio (MME, ANEEL, CCEE, EPE e ONS): *A Coordenação-Geral de Recursos Humanos (CGRH) consultou todas as áreas do Ministério e elaborou lista de programas de capacitação requeridos. A SPOA está averiguando junto com universidades quais cursos de pós graduação existentes na área de transição energética. Também foi sugerido de se ter um curso específico de capacitação salvaguardas para a ANM.*

Componente 3 - Suporte à implementação, monitoramento e avaliação e compartilhamento e disseminação de conhecimento (US\$ 0.45 milhões)

- Capacitação e Treinamento em áreas técnicas, fiduciárias e de salvaguardas;
- Workshops, traduções e publicações; e
- Suporte para o monitoramento de progresso do Projeto.
 - **TdR 38 - (AEGP/SE-MME)** Contratação de Consultores Individuais para a Unidade de Gestão do Projeto da Secretaria-Executiva do MME – UGP/SE. *Cancelado.*

6. Indicadores. Além dos indicadores de progresso apresentados no PAD, ficou acordado que, ao completar a revisão de cada TdR, o Banco e o MME discutirão possíveis indicadores de desempenho de cada atividade para a eventual avaliação final da efetividade do Projeto META 2.

Anexo 1: Descrição das atividades do Projeto

Anexo 2: Orçamento geral do projeto revisado

Anexo 3: Gestão de Riscos Ambientais e Sociais

Anexo 4: Gestão Financeira

Anexo 5: Aquisições

Anexo 6: Lista de Participantes da Missão

Anexo 1: Descrição das atividades do Projeto

#	Componente	Coexecutor	Subprojeto/Atividade
1	3	AEGE/MME	Supervisão ministerial e governança corporativa de estatais
2	2.iii	ANEEL	Criação de solução tecnológica para armazenamento das informações de empreendimentos de geração de energia elétrica, integrada com a estrutura de TI vigente, que contemple modelagem e desenvolvimento de novo banco de dados, estruturação de interface, rastreabilidade, mineração de dados e monitoramento da qualidade das informações contidas em banco.
3	2.iii	ANEEL	Projeto de transformação digital para melhoria da maturidade analítica da ANEEL.
4	2.ii	ANM	Aprimoramento da fiscalização, análise de relatórios de pesquisa e monitoramento de atividades minerárias: desenvolvimento de um sistema, plataforma de TI, automatizado de monitoramento contínuo de atividades minerárias, detecção de mudanças e análises automatizadas do relatório de pesquisa e lavra.
5	1.ii	ANM	Modernização da infraestrutura tecnológica e aprimoramento da Segurança da Informação da ANM, para melhoria da eficiência no atendimento ao setor regulado e atendimento à Lei Geral de Proteção de Dados.
6	1.ii	ANM	Modernização do Estoque Regulatório. Harmonização das regulamentações para a operacionalização da ANM.
7	2.i	ANP	Desenvolvimento de metodologia de Análise de Resultado Regulatório (ARR) e aplicação a 3(três) projetos-piloto, sendo um para cada segmento regulado pela ANP: exploração e produção de petróleo e gás natural, produção de combustíveis e abastecimento de combustíveis.
8	2.i	ANP	Desenvolver solução de TI visando à obtenção, de forma automatizada, de informações sobre a comercialização varejista de combustíveis automotivos e de GLP (volumes e preços), considerando o aumento da abrangência e da agilidade, contribuindo para a identificação de infrações regulatórias e de indícios de condutas anticompetitivas (cartéis na revenda de combustíveis).
9	1.i	ANP	Avaliação de Mecanismos que Promovam a Competitividade no Mercado de Gás Natural no Brasil: Busca da Competição na Comercialização do Energético no País e Estabelecimento dos Pontos Virtuais de Comercialização de Gás Natural.
10	2.i	ANP	Desenvolvimento de metodologia de simplificação administrativa para definir critérios de seleção e análise (qualitativa e quantitativa) das Resoluções da ANP, com o objetivo de reduzir custos administrativos desnecessários (fardo regulatório) para os agentes regulados e aplicação a 3(três) projetos-piloto, sendo um para cada segmento regulado pela ANP: exploração e produção de petróleo e gás natural, produção de combustíveis e abastecimento de combustíveis.
11	2.iii	CCEE	Modernização dos sistemas de contabilização e liquidação do setor elétrico Brasileiro: I - atualização tecnológica da infraestrutura. Módulos on-line do sistema
12	2.iii	CCEE	Modernização dos sistemas de contabilização e liquidação do setor elétrico Brasileiro Motor de Cálculo do Sistema .
13	2.iii	CCEE	Modernização dos sistemas de contabilização e liquidação do setor elétrico Brasileiro: Arquitetura de Referência para o modelo de integração B2B da CCEE .
14	1.iii	CCEE	Estudo sobre a formação de preço por oferta em diversos países (principalmente com predominância hidrelétrica), avaliando seu benefício em relação a formação de preço por modelo, com o objetivo de propor uma metodologia/sistemática de formação de preços por oferta no setor elétrico brasileiro, inclusive com a indicação das adequações necessárias ao arranjo do ambiente comercial, regulatório e melhores práticas empresariais.

15	2.ii	CPRM	Ampliação da Base Laboratorial do Serviço Geológico do Brasil/CPRM - Aquisição de Equipamentos de Análises Químicas e Geoquímicas para o Laboratório de Análises Minerais - Rede LAMIN.
16	1.i	EPE	Avaliação de Estocagem Subterrânea de Gás Natural (ESGN) no Brasil.
17	1.iii	EPE	Estudos sobre aperfeiçoamentos na metodologia do cálculo de sinal locacional de transmissão, incluindo análises de preços nodais, direitos financeiros de transmissão e sua destinação no âmbito do mercado de energia (com capacitação)
18	1.iii	EPE	Estudo de Desenho de Mercado e “Sistemática” de Leilão (inclusive com capacitação)
19	2.i	EPE	Avaliação da Frota de Veículos Leves nos domicílios brasileiros (PeFROTA – Pesquisa de Frota de Automóveis e Motocicletas nos Domicílios)
20	1.i	EPE	Estudos de Planejamento da Infraestrutura do Abastecimento de Combustíveis
21	1.i	EPE	Coleta de dados sobre consumo de lenha e carvão vegetal no setor residencial
22	1.iii	ONS	Realizar os estudos necessários, desenvolver e implantar uma metodologia para avaliação dos custos da operação do SIN com análise dos impactos em tempo real e pós operação, bem como para mensurar os benefícios decorrentes da atuação do ONS.
23	2.iii	ONS	Desenvolver pesquisa para a identificação de causalidade das mudanças climáticas no regime de vazões e das principais variáveis meteorológicas de interesse para a operação do SIN
24	2.iii	ONS	Previsão de Geração de Fonte Solar: Estudo de variáveis influentes e desenvolvimento de modelo de previsão.
25	1.iii	SEE/MME	Avaliação da inserção de veículos elétricos na Matriz de Energia Elétrica Nacional
26	2.iii	SEE/MME	Política Pública para a Geração Distribuída – GD.
27	1.ii	SGM/MME	ESTUDO PARA AVATAR A INSERÇÃO TECNOLÓGICA PARA APRIMORAMENTO PRODUTIVO DAS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS DE MINERAÇÃO.
28	2.ii	SGM/MME	Mineração e sociedade - Objetiva preparar a municipalidade – população, gestores e sociedade organizada – para a diversificação da matriz econômica - atividade extrativa-mineral. Visa municiar o poder público e as comunidades para reconhecer as potencialidades produtivas e socioambientais de municípios ou região mineradora, para permitir políticas públicas que garantam a sustentabilidade local e possibilitem a diversificação e o desenvolvimento econômico autônomo.
29	2.ii	SGM/MME	ESTUDO PARA IDENTIFICAR CADEIA PRODUTIVA MINERAL COM MAIOR OPORTUNIDADES PARA APROVEITAMENTO DE RESÍDUOS DA MINERAÇÃO (Execução em parceria com a CPRM).
30	1.ii	SGM/MME	OBSERVATÓRIO NACIONAL DE MINERAÇÃO - Banco de dados do setor mineral - Montagem de um sistema de informações de Geologia e Mineração.
31	1.ii	SGM/MME	ECONOMIA MINERAL - Subsidiar a estruturação do “Observatório da Mineração” e da área Economia Mineral
32	2.ii	SGM/MME	MINERAÇÃO URBANA: REAPROVEITAMENTO DE RESÍDUOS DE EQUIPAMENTOS ELETROELETRÔNICOS. Estudo para avaliar a atual legislação e práticas para o reuso e reciclagem de equipamentos eletrônicos.
33	1.ii	SGM/MME	Revisão do Plano Nacional de Mineração – PNM 2050 - Promover a revisão do PNM 2030, publicado em 2011 pela SGM/MME
34	2.iii	SPE/MME	Contratação de consultoria a fim de identificar as mudanças climáticas e mapear as ameaças ao Sistema Interligado Nacional (SIN), face às mudanças climáticas. Proposição de métodos e processos para o estudo da vulnerabilidade sistêmica do SIN, face às mudanças climáticas.
35	1.iii	SPE/MME	Atributos das Fontes de Geração de Energia no Ambiente de Contratação Regulado
36	2.i	SPE/MME	Procedimentos para a elaboração do Balanço de Energia Útil (com auditoria energética)
37	2.iv	SPOA/MME	Capacitação de instituições para solução de problemas de negócio (MME, ANEEL, CCEE, EPE e ONS)
38	3	AEGP/MME	Contratação de Consultores Individuais para a Unidade de Gestão do Projeto da Secretaria-Executiva do MME – UGP/SE

39	2.ii	AESSC/MME	Análise do impacto tributário no setor energético
40	1.i	EPE	Precificação de carbono

Anexo 2: Orçamento geral do projeto revisado

Coexecutor	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total (US\$)
SGEP/MME	0,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00	78.148,15	148.148,15
ANEEL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ANM	0,00	0,00	0,00	28.074,00	3.361.537,86	1.559.206,62	4.948.818,48
ANP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CCEE	0,00	0,00	0,00	779.416,00	3.033.821,44	2.852.163,00	6.665.400,44
CPRM	0,00	0,00	2.005.638,70	0,00	0,00	0,00	2.005.638,70
EPE	0,00	0,00	0,00	217.099,00	776.042,00	382.420,00	1.375.561,00
ONS	0,00	0,00	0,00	605.296,00	2.574.960,00	890.215,00	4.070.471,00
SNEE/MME	0,00	0,00	0,00	0,00	251.802,00	251.802,00	503.604,00
SGM/MME	0,00	0,00	0,00	372.508,00	931.241,00	99.000,00	1.402.749,00
SNTEP/MME	0,00	0,00	0,00	180.180,00	918.520,00	329.660,00	1.428.360,00
SPOA/MME	0,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00	317.283,95	617.283,95
FI	0,00	95.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	95.000,00
	0,00	95.000,00	2.005.638,70	2.182.573,00	12.217.924,30	6.759.898,72	23.261.034,72

Anexo 3: Gestão de Riscos Ambientais e Sociais

Performance: a missão verificou como satisfatório o avanço do Projeto no cumprimento das ações relacionadas à Gestão de Riscos Ambientais e Sociais. A performance do Projeto em termos de gestão de riscos ambientais e sociais foi mantida como Moderadamente Satisfatória – MS.

A missão teve reuniões específicas para tratar da gestão ambiental e social do Projeto, com a participação dos especialistas ambiental e em desenvolvimento social designados pelo Banco para o Projeto, representantes do MME, UGP, SGM e ANM. As reuniões abordaram os aspectos gerais do projeto, incluindo balanço do progresso dos subprojetos, cumprimento do Plano de Compromissos Ambientais e Sociais (ESCP¹); objetivos das Normas Ambientais e Sociais do Banco Mundial que são relevantes para o Projeto, requisitos de gestão de riscos ambientais e sociais estabelecidos no “Scoping Paper” preparado para o Projeto e principais questões ambientais e sociais a serem inseridas nos Termos de Referência e Editais para Manifestação de Interesse.

A UGP apresentou um balanço geral do Projeto, informando que foram cancelados 13 subprojetos, um está em preparação, 10 em licitação, 12 em preparação e 3 não iniciados. O subprojeto (TdR 15), Ampliação Da Base Laboratorial Do Serviço Geológico Do Brasil, foi o único contratado até o momento. O TdR 4 (Aprimoramento da fiscalização, análise de relatórios de pesquisa e monitoramento de atividades minerárias²), o TdR 16 (EPE -Avaliação de estocagem subterrânea de gás natural no Brasil), o TdR 27 (Estudo Da Inserção Tecnológica Para Aprimoramento Produtivo Das Pequenas E Médias Empresas De Mineração) e o TdR 28 (Consultoria Para Preparar A Municipalidade Para A Diversificação Da Matriz Econômica - Atividade Extrativa-Mineral) estavam em fase de análise ambiental e social durante a missão. Foi feita uma reunião com a equipe da ANM para tratar do TdR 4 e uma reunião com a equipe da SGM/MME para tratar dos TdRs 27 e 28.

A UGP planeja atingir o cumprimento integral do Plano de Compromissos Ambientais e Sociais (ESCP), apresentando, até o fim de março, o relatório semestral de monitoramento do desempenho ambiental, social, de saúde e segurança (ESHS) do Projeto. A equipe da AESA, (Assessoria Especial de Meio Ambiente) do MME está atuando como especialistas ambientais e sociais, apoiando a UGP. Os Termos de Referência (incluindo as seções ambientais e sociais) de todos os subprojetos classificados como de risco moderado e / ou substancial estão sendo submetidos ao Banco Mundial para revisão e liberação prévia (conforme classificação preliminar de risco do Estudo De Caracterização E Avaliação De Impactos Sociais E Ambientais - “Scoping Paper” do Projeto. Foi realizado o primeiro programa de treinamento sobre as Normas Ambientais e Sociais do Banco Mundial. A UGP iniciou tratativas com a ANM para desenvolver

¹ Environmental and Social Commitment Plan

²² Título foi alterado para Serviços de Consultoria e apoio à Gestão de Inovação, Processos, Tecnologia e Projetos para viabilizar a Transformação Digital do Programa de Outorga 4.0.

capacitação ambiental e social da equipe da Agência Nacional de Mineração – ANM, utilizando os recursos previstos no TdR 37.

A equipe da UGP solicitou novas reuniões para capacitação sobre as Normas Ambientais e Sociais do Banco, considerando a mudança de equipe e demandas específicas de algumas agências implementadoras, bem como as peculiaridades dos setores de energia, mineração, petróleo e gás. A equipe da UGP solicitou, também, a atualização do Plano de Compromissos Ambientais e Sociais, considerando que o cancelamento de diversos subprojetos, e a proposta de inserção de novos subprojetos, incluindo o TdR 40 sobre precificação de carbono e estudos para certificação de hidrogênio líquido.

A equipe de Salvaguardas reiterou a necessidade de inclusão do texto padrão sobre as Normas Ambientais e Sociais e requisitos do Scoping Paper em todos TdRs, conforme transcrito abaixo:

Texto Padrão - Quadro Ambiental e Social Do Banco Mundial

Todas as atividades apoiadas pelo projeto, incluindo estudos para proposição de políticas e regulamentos deverão ser analisados em acordo com as Normas Ambientais e Sociais do Banco Mundial, que estabelecem as diretrizes para identificação, avaliação, mitigação e gestão de potenciais riscos e impactos associados a projetos financiados pelo Banco.

A adoção das Normas Ambientais e Sociais visa a apoiar os mutuários na adoção de melhores práticas internacionais, relacionadas com a sustentabilidade ambiental e social, cumprindo suas obrigações ambientais e sociais, nacionais e internacionais, bem como aumentar a não discriminação, transparéncia, participação, prestação de contas, governança e aprimoramento dos resultados de desenvolvimento sustentável dos projetos por meio do engajamento contínuo das partes interessadas. Além do Quadro Ambiental e Social do Banco Mundial, serão observadas as Diretrizes de Saúde, Segurança e Meio Ambiente (IFC-EHSGs) do Grupo Banco Mundial, incluindo as diretrizes específicas para os setores mineral, elétrico e de petróleo e gás.

A elaboração do trabalho deve considerar o Quadro Ambiental e Social (Environmental and Social Framework) e as Normas Ambientais e Sociais do Banco Mundial, que entraram em vigor desde 1º de outubro de 2018, avaliando os potenciais impactos sociais e ambientais dos subprojetos, quando necessário.

As Normas Ambientais e Sociais estabelecem os requisitos a serem cumpridos pelos Mutuários no que diz respeito à identificação e avaliação de riscos e impactos socioambientais associados com os projetos que o Banco apoia. As dez Normas Ambientais e Sociais (NAS) que estabelecem os requisitos a serem cumpridos pelo Mutuário e pelo projeto ao longo de todo o ciclo de vida do projeto são as seguintes:

Norma Ambiental e Social 1 - Avaliação e Gestão de Riscos e Impactos Socioambientais;

Norma Ambiental e Social 2 - Condições de Trabalho e Mão de Obra;

Norma Ambiental e Social 3 - Eficácia de Recursos e Prevenção e Gestão da Poluição;

Norma Ambiental e Social 4 - Saúde e Segurança Comunitária;

Norma Ambiental e Social 5 - Aquisição de Terras, Restrições ao uso da Terra e Reassentamento Involuntário;

Norma Ambiental e Social 6 - Conservação da Biodiversidade e Gestão Sustentável de Recursos Naturais Vivos;

Norma Ambiental e Social 7 - Povos Indígenas / Comunidade Locais Tradicionais Historicamente Desfavorecidas;

Norma Ambiental e Social 8 - Patrimônio Cultural;

Norma Ambiental e Social 9 - Intermediários Financeiros; e

Norma Ambiental e Social 10 - Envolvimento das Partes Interessadas e Divulgação de Informações.

Apresenta-se abaixo, o resumo dos pontos discutidos com ANM e SGM/MME sobre os TdRs 4, 27 e 28.

- A equipe da ANM esclareceu que a versão do TdR n° 4 (Título alterado para Consultoria e apoio à Gestão de Inovação, Processos, Tecnologia e Projetos para viabilizar a Transformação Digital do Programa de Outorga 4.0) compartilhada com o Banco sofreu alterações, mudando o foco de desenvolvimento de sistema para gestão de inovação de processos e tecnologia. A equipe do Banco informou que, neste caso, as implicações ambientais e sociais são mais limitadas, permitindo manter a classificação de risco original : Baixo. A despeito disto, a equipe do Banco solicitou que o TdR incorpore os aspectos ambientais e sociais na gestão de informação, incluindo técnicas e processos para monitoramento da atividade mineral, análise inteligente e automatizada da processos, entre outras atividades. Por fim, foi enfatizado que o item 14 do TR (Salvaguardas) deve ser revisto, adotando o texto padrão sobre o Marco de Gestão Ambiental e Social do Banco Mundial.
- A equipe do Banco justificou a classificação do TdR 27 (Consultoria para Realizar o Estudo para a Inserção Tecnológica e Desenvolvimento do Setor de Gemas no Brasil) com risco substancial. As equipes da SGM e do Banco acordaram a revisão do TdR, incorporando as questões de sociais, ambientais, condições de trabalho, saúde e segurança ocupacional, geração de passivos ambientais no objetivo principal do estudo e nos componentes: diagnóstico, análise comparativa dos polos produtivos, e análise de viabilidade do novos polos produtivos. O TdR será revisto para que todas as análises que posam ter implicações ambientais considerem os princípios e objetivos do Quadro Ambiental e Social do Banco Mundial e as diretrizes das Normas Sociais e Ambientais do Banco Mundial. As normas mais relevantes para o projeto são a NAS 1 - Avaliação e Gestão de Riscos e Impactos Socioambientais; NAS 2 - Condições de Trabalho e Mão de Obra; NAS 3 - Eficácia de recursos e prevenção e gestão da poluição, e Norma Ambiental, Social 4 - Saúde e Segurança Comunitária, NAS 6 – Conservação da Biodiversidade e Gestão Sustentável dos Recursos Bióticos e a NAS 10 – Envolvimento de Partes Interessadas e Divulgação de Informações. O item 15 (Salvaguardas) do TdR deve ser

revisto considerando o texto padrão sobre Quadro de Gestão Ambiental e Social do Banco Mundial, transscrito acima. O TdR também será revisto de forma a (i) revisar a estratégia de envolvimento com partes interessadas e (ii) incluir a avaliação dos comentários recebidos durante o seminário de apresentação dos resultados do subprojeto já previsto como produto final da consultoria).

- A equipe do Banco justificou a classificação do TdR 28 (Mineração e sociedade: atividade extractiva como elo para a promoção da autonomia econômica municipal e do desenvolvimento socioambiental) com risco substancial. De forma análoga ao TdR 27, as equipes da SGM e do Banco acordaram a revisão do TdR, incorporando as questões de sociais, ambientais, condições de trabalho, saúde e segurança ocupacional, geração de passivos ambientais no objetivo principal do estudo e nos componentes: diagnóstico, análise comparativa dos polos produtivos, e análise de viabilidade dos novos polos produtivos no escopo do estudo. O TdR será revisto para que as “Propostas para o Desenvolvimento Sustentável dos Municípios Mineradores”, bem como as recomendações de políticas públicas, considerem os princípios e objetivos do Marco Ambiental e Social do Banco Mundial e as diretrizes das Normas Sociais e Ambientais do Banco Mundial. No que se refere aos aspectos ambientais, as normas mais relevantes para o projeto são a NAS 1 - Avaliação e Gestão de Riscos e Impactos Socioambientais; NAS 2 - Condições de Trabalho e Mão de Obra; NAS 3 - Eficácia de recursos e prevenção e gestão da poluição, e Norma Ambiental e Social 4 - Saúde e Segurança Comunitária. Foi recomendado que nos dois estudos, seja incluído um especialista em gestão ambiental para avaliar os riscos e impactos potenciais. O item 15 (Salvaguardas) do TdR deve ser revisto considerando o texto padrão sobre Marco de Gestão Ambiental e Social do Banco Mundial, transscrito acima. O TdR também será revisto de forma a (i) revisar a estratégia de envolvimento com partes interessadas, (ii) incluir o requerimento de um profissional da área das Ciências Sociais na equipe central da consultoria (tendo em vista os objetivos do trabalho) e (iii) incluir a avaliação dos comentários recebidos durante o seminário de apresentação dos resultados do subprojeto já previsto como produto final da consultoria).
- A missão reiterou que após a revisão dos especialistas designados para o Projeto, os Termos de Referência dos subprojetos cujo risco ambiental e social for classificado como Substancial precisam ser submetidos à avaliação do time do Regional Safeguards Advisor (RSA), para liberação final.

Anexo 4: Gestão Financeira

Ajuda Memória
Missão de Gerenciamento Financeiro
Projeto de Assistência Técnica dos Setores de Energia e Mineral – META II
Acordo de Empréstimo Nº 9074-BR
P170850
7 de março de 2023

INTRODUÇÃO

No dia 7 de Março de 2023, Fernanda Balduino, Especialista em Gerenciamento Financeiro, participaram na missão de supervisão de Gerenciamento Financeiro do Projeto META II P170850-IBRD 9074.

Os objetivos desta missão foram avaliar a eficácia e adequação do Projeto, considerando: (a) os arranjos institucionais, a equipe e os sistemas de controle interno; (b) o processo orçamentário e de contabilidade; (c) sistemas, políticas e procedimentos de Gerenciamento Financeiro; (d) a situação relativa ao fluxo de fundos e desembolsos, incluindo a preparação de Declarações de Gastos (SOEs) e Relatórios Financeiros Interinos (IFRs); e (e) a suficiência de arranjos para auditoria interna e externa.

Por parte da Unidade de Gestão de Projeto (UGP) do Ministério de Minas e Energia – MME, esteve presente Laerte Brito, Coordenador de Planejamento e Finanças.

Os resultados, recomendações, e próximos passos, aqui apresentados, foram acordados com a UGP e basearam-se: (a) no “*Project Appraisal Document*”³; (b) no Acordo de Empréstimo e Carta de Desembolsos e Informações Financeiras⁴; (c) na análise efetuada nos rascunhos IFRs⁵ apresentados pela equipe do Projeto; e (d) nas conversas com os funcionários da UGP.

CONCLUSÃO

Os arranjos de Gerenciamento Financeiro foram mantidos como **Moderadamente Satisfatórios**.

Foram revistos os arranjos de Gerenciamento Financeiro do projeto e, após análise, foi considerado que a UGP tem, em seus quadros, servidores competentes, apesar de a equipe não estar adequadamente composta, uma vez que ainda não foi possível finalizar a contratação da equipe temporária de apoio do Projeto, entretanto, houve a contratação de estagiários para apoio temporário. O processo orçamentário está funcionando bem; os sistemas de controle são adequados; o fluxo de fundos está adequado; o sistema de contabilização e preparação de relatórios financeiros e arranjos de auditoria externa atendem as normas do Banco Mundial. Assim, mantém-se os arranjos de Gerenciamento Financeiro como moderadamente satisfatórios.

³ PAD

⁴ DFIL

⁵ Relatórios Financeiros Intermediários

A classificação do risco do Projeto, continua a ser **Moderado**, como não houve nenhuma mudança significativa nos fatores de risco inerente (ambiente de governança do país, regras e regulamentos) ou nos fatores de risco de controle (orçamento, contabilidade, controle interno, fluxo de fundos, relatórios financeiros e auditoria externa).

CONTEXTO DO PROJETO

O objetivo do Projeto é fortalecer a capacidade institucional para a eficiência do mercado levando em consideração a resiliência climática nos setores de energia e mineração no território do Mutuário e é composto por 3 partes: (i) assistência técnica para aumentar a eficiência, adequação da infraestrutura de longo prazo e resiliência climática nos setores de energia e mineração; (ii) fortalecimento institucional das instituições de energia e mineração para estabelecer e implementar estratégias, políticas e regulamentação; e (iii) apoio à implementação, monitoramento e avaliação, compartilhamento e disseminação de conhecimento.

ARRANJOS DE GERENCIAMENTO FINANCEIRO

Equipe Financeira

Ainda não foi possível realizar o concurso temporário para compor a UGP, o MME fez a solicitação para a realização do concurso temporário ao Ministério de Economia em 29/01/2021, porém, até a presente data não logrou em êxito. A alternativa encontrada foi a contratação de estagiários para compor a equipe financeira do Projeto e a indicação de um coordenador administrativo para dar apoio ao coordenador de controle e finanças. Assim, a equipe financeira do Projeto é agora composta por 5 membros, sendo 1 coordenador de controle e finanças, 1 coordenador administrativos e 3 estagiários.

A UGP entende que essa configuração é suficiente para a implementação das atividades financeiras do Projeto no ano de 2023. Os estagiários contratados até o momento são da área da economia e o Banco sugeriu que a UGP considere contratar um estagiário da área da contabilidade pois seu conhecimento seria muito útil para a preparação dos relatórios financeiros do Projeto (SOEs e IFRs).

Ciclo Orçamentário

Não houve mudanças no ciclo orçamentário que inclui planejamento e implementação de todas as atividades. As programações orçamentárias anuais do Projeto seguem a distribuição anual e estão previstas na Lei Orçamentária Anual (LOA). O Plano Operativo Anual (POA) norteia as etapas de monitoramento da execução, contendo as atividades planejadas, o cronograma, os responsáveis e o orçamento previsto.

A LOA aprovada para o projeto em 2022 foi de 21.100.000. Em virtude de complexidades na preparação dos termos de referência das atividades previstas para o ano, houve a execução orçamentária do TdR 15 da CPRM, no valor de R\$ 9.483.396,20, cuja execução financeira está ocorrendo no ano de 2023. O orçamento aprovado na LOA/2023 para o Projeto é de R\$ 32.000.000,00.

Em virtude do atraso na implementação das atividades previstas e o acumulo de atividades na segunda metade do período de execução, a preocupação agora está relacionada a possíveis restrições orçamentárias para os próximos anos. A expectativa é que a previsão orçamentária para 2024 seja de cerca de R\$ 61.000.000. A UGP deverá apresentar a estimativa de orçamento do Projeto para 2024 à unidade de orçamento do MME até o início de abril para o início dos trâmites de preparação da PLOA 2024. O Banco se colocou à disposição da UGP para auxiliar junto ao Ministério da Economia em questões de liberação do orçamento do Projeto, se necessário.

O prazo padrão para envio do POA ao Banco é 30 de novembro de cada ano. Assim, **o POA 2024, baseado na PLOA de 2024 enviada ao Legislativo para aprovação, deve ser enviado ao Banco até 30 de novembro de 2023.**

Controles Internos

Os controles de autorização e aprovação continuam adequados. Não houve alteração nos arranjos e rotinas dos controles internos que são feitos principalmente através de segregação de funções. As políticas e procedimentos do Projeto estão documentados no Manual Operacional (MOP), que se encontra atualizado e foi aprovado pelo Banco Mundial em 08/02/2022. O Plano de Aquisições do MME e das entidades coexecutoras do Projeto está atualizado no Systematic Tracking of Exchanges in Procurement – STEP.

Fluxo de Fundos

Não houve mudança no fluxo financeiro. Na data da missão da supervisão, do valor total do empréstimo de USD 38.000.000,00, o projeto desembolsou USD 780.000,00 (2,1%) do total. O período previsto para execução vai até 31 de dezembro de 2025.

Dos 38 subprojetos previstos inicialmente, 14 foram cancelados e há 25 estão ativos. O valor comprometido está em US\$ 30.500.000,00. Em 2022, foram contratados R\$ 6.900.000, dos quais foram pagos R\$ 2.700.000 em 2023 e R\$ 2.500.000 já estão empenhados, pendentes apenas a assinatura.

Para acelerar a execução, o Banco propôs priorizar a implementação daquelas atividades com baixo risco de salvaguardas, enquanto se cumprem as demandas do processo mais complexos.

Os gastos retroativos do projeto continuam pendentes de documentação ao Banco Mundial, apesar do SOE já estar pronto. **A UGP deve enviar o pedido de documentação de adiantamento anterior à conta designada com o SOE dos gastos retroativos por meio do Client Connection até 10 de março de 2023.**

O próximo pedido de desembolsos no valor aproximado de US\$ 300.000 será enviado ao Departamento de Desembolsos até 30 de março. A previsão de desembolsos da conta do Empréstimo no ano de 2023 é de aproximadamente US\$ 5.600.000.

Sistema de Informação de Contabilidade e Relatórios

O Projeto continua utilizando o SIAFI como a principal ferramenta para o gerenciamento financeiro do projeto. Dele são retirados os dados para o preenchimento dos IFRs, que continuam sendo elaborados utilizando o EXCEL. Os convênios são gerenciados por meio do SICONV (Plataforma Brasil). A UGP também

desenvolveu uma plataforma de gerenciamento do projeto META II, chamada SPOT, que foi apresentada ao Banco durante a missão. Identificou-se que a plataforma é bastante robusta e produz relatórios realmente relevantes para o gerenciamento do Projeto, mas ainda está pendente a sistematização dos IFRs e SOEs no SPOT, o que será uma grande melhoria da plataforma, quando implementada. A inclusão do SOE no SPOT já está sendo providenciada. Quanto aos IFRs, o estagiário que está em férias retorna em 27/03 e trabalhará nessa demanda. Quando as soluções estiverem prontas será agendada uma reunião para apresentação e obtenção de sugestões de melhoria.

Os IFRs referentes ao 2º semestre de 2022 foram entregues ao Banco em 27 de fevereiro de 2023, com leve atraso. O Banco solicitou à UGP que atente às datas de entrega dos IFRs para que não voltem a ser entregues com atraso. **Os próximos IFRs, referentes ao 1º semestre de 2023, precisam ser entregues ao Banco mundial até 14 de agosto de 2023.**

Auditoria Externa

Em virtude do atraso na assinatura e efetividade do projeto, o primeiro desembolso no valor de US\$ 20.000,00 somente foi realizado em 10 de dezembro de 2022. Assim a CGU⁶ solicitou ao Banco uma exceção para a combinação das auditorias de 2021 e 2022, que foi aprovada pela Gerente de Gerenciamento Financeiro em 23 de dezembro de 2021. **Assim, o relatório de auditoria cobrindo os anos fiscais de 2021 e 2022, precisa ser entregue ao Banco até 30 de junho de 2023.**

⁶ Controladoria Geral da União, auditor do Projeto

PLANO DE AÇÃO

Foi acordado o seguinte Plano de Ação:

Ações acordadas	Responsável	Data de conclusão
Enviar pedido de documentação dos gastos retroativos ao Banco	UGP	10/03/2023
Enviar próximo pedido de desembolso ao Banco	UGP	30/03/2023
Entregar os IFRs referentes ao 1º semestre de 2023 ao Banco	UGP	14/08/2023
Entregar o relatório de auditoria, cobrindo os anos fiscais de 2021 e 2022	UGP	30/06/2023
Enviar o POA 2024 ao Banco	UGP	30/11/2023

Agradecemos o apoio e cordialidade da equipe da MME, durante a reunião de supervisão.

Fernanda Balduino

7 de março de 2023

Anexo 5: Aquisições

Missão de Supervisão de Aquisições Projeto de Assistência Técnica dos Setores de Energia e Mineral – META II (P170850; LN 90740-BR) 08 e 16 de março de 2023

Durante a missão foram conduzidas discussões com as agências executoras acerca do andamento das licitações do projeto e os aspectos que afetam a sua implementação. Os principais aspectos de licitações discutidos durante a missão se relacionaram a:

- a) Atualização sobre os processos em andamento nas agências executoras.
- b) Aquisições/Contratações prioritárias para 2023.
- c) Desempenho de Aquisições.
- d) Gerenciamento de contratos.

a) Atualização sobre os processos em andamento nas agências executoras: As agências executoras que lançaram processos de aquisições/contratações em 2022, ANM, CCEE, EPE e ONS informaram a situação atual dos seus respectivos processos. O MME informou sobre o seu planejamento para lançar as primeiras licitações em 2023.

A ANM esclareceu que sobre a necessidade de revisão do Termo de Referência para contratação de Apoio à Gestão de Inovação, Projetos, Processos e Tecnologia para viabilizar a Transformação Digital do Programa de Outorga 4.0, bem como esclareceu o novo fluxo interno de análise de soluções de tecnologia a ser cumprido. Entretanto, o representante da ANM reforçou o compromisso de lançamento do processo de seleção ainda no primeiro semestre de 2023. A missão recomendou que a ANM apresente o novo cronograma de lançamento do processo seleção até 30/03/2023. A missão também destacou que o plano de aquisições da ANM contempla várias atividades ainda não iniciadas e recomendou a revisão do plano de aquisições de forma a contemplar os processos previstos para 2023. O plano de aquisições deverá ser revisado até 30/03/2023.

O Plano de Aquisições da CCEE compreende 3 atividades de consultoria, sendo que duas delas correspondem ao desembolso de 25% do total de aquisições planejadas. As ações estavam previstas para serem implementadas em 2022-2023 (ver gráficos 1 e 2 abaixo).



A CCEE informou que irá incluir uma nova atividade (TDR 12 – Modernização do Motor Cálculo - CliqCCEE) que atualmente está em revisão. Foi destacado que, em virtude do valor (US\$ 2 milhões) e do prazo de execução (18 meses) da nova contratação, esta entrará como processo licitatório crítico para o Programa

nos próximos meses, sendo recomendada a imediata inclusão da atividade no Plano de Aquisições para melhor monitoramento. A CCEE apresentou o cronograma atualizado das aquisições. O Especialista do Banco alertou sobre os prazos de licitação e execução dos serviços. A conclusão das atividades estão no limite da data de encerramento do projeto, sendo necessário garantir uma boa gestão dos contratos. De acordo com as discussões, a missão recomendou: (i) que a equipe da CCEE revise o Plano de Aquisições para incluir a nova atividade (TDR 12); (ii) que a equipe da CCEE realize o mapeamento das etapas das aquisições propondo otimização de etapas e redução de prazos internos de análise; (iii) incluir nova atividade no PA; e (iv) elaborar um plano de ação para o gerenciamento dos contratos do projeto.

O plano de aquisições do MME conta atualmente com 08 (oito) atividades não iniciadas de um total de 11 (onze). O Especialista de Aquisições alertou para as dificuldades do MME em implementar as ações do Plano de Aquisições, as quais correspondem ao desembolso de 64% do total de aquisições planejadas, sendo necessário identificar os pontos de ‘gargalo’ que têm impactado no andamento dos processos licitatórios e definir um plano de ação para implementação das aquisições consideradas críticas em razão do impacto nos objetivos do programa [(29) BR-MME-210613-CS-QCBS, (28) BR-MME-210610-CS-QCBS, (30) BR-MME-210641-GO-RFP e (27) BR-MME-210606-CS-QCBS]. Atualmente, das 8 atividades previstas para serem implementadas nos anos de 2022 e 2023, nenhuma foi contratada. De acordo com as discussões, a missão recomendou: (i) que a equipe do MME revise o Plano de Aquisições para atualizar das datas de implementação das etapas das aquisições; e (ii) que a equipe do MME elabore um plano de ação para mitigar os atrasos das aquisições, incluindo o mapeamento das etapas internas das aquisições e propondo otimização e redução de prazos internos de análise.

A equipe da EPE apresentou o estágio atual das 4 aquisições contidas no Plano de Aquisições vigente. Todas as atividades estão na fase de recebimento de Manifestação de Interesse (SMI) e elaboração da Lista da Curta. Foi pontuada a dificuldade em se alcançar uma quantidade empresas interessadas, tendo sido recomendado a EPE adote esforços adicionais além da divulgação da SMI, realizando assim uma espécie de ‘busca ativa’ de interessadas, inclusive com o apoio da equipe técnica, envio de e-mails diretamente a potenciais interessadas e divulgação entre os colaboradores das demais agências executoras. De acordo com as discussões, a missão recomendou: (i) que a equipe da EPE realize o mapeamento das etapas das aquisições propondo otimização de etapas e redução de prazos internos de análise e (ii) que a equipe da EPE elabore um plano de ação para mitigar os atrasos das aquisições, incluindo o mapeamento das etapas internas das aquisições e propondo otimização e redução de prazos internos de análise.

A missão ainda discutiu a situação dos TDR-16, TDR-19 e TDR-20 recomendando alguns encaminhamentos para agilizar a contratação dos serviços. O prazo de execução dos serviços do TDR-16 ultrapassa o prazo oficial de encerramento do projeto, assim, a missão recomendou que a EPE analise a viabilidade técnica de adequação do prazo de execução dos serviços ao encerramento do projeto. Alternativamente, a missão recomendou que identifique internamente ou junto ao MME a fonte de recursos para financiar os serviços do TDR-16 que ultrapassem o prazo do encerramento do projeto. Quanto ao TDR-19, A EPE informou que, apesar da divulgação nos moldes do Banco e do envio de e-mails direto a empresas potenciais interessadas, restou por identificar apenas uma empresa. A EPE apontou como causas do desinteresse das empresas o pequeno valor dos serviços frente ao longo prazo de execução. Todavia, a EPE ainda destacou que tanto o valor estimado quanto o prazo de execução são realísticos. Assim, considerando a criticidade dos serviços pra o TED da EPE, o custo estimado (USD 112 mil) que se considera de valor muito pequeno e os esforços adicionais adotados, a missão informou que mediante a devida justificativa a EPE

poderia prosseguir a contratação com a apenas uma empresa. Quanto ao TDR-20, a EPE divulgou a SMI duas vezes e enviou e-mails direto a empresas do mercado, logrando identificar 04 (quatro) empresas interessadas. Diante desse contexto, a missão destacou a flexibilidade para o Banco aceitar uma lista curta reduzida de 04 (quatro) empresas mediante a devida justificativa.

O ONS relatou sobre os seus processos de seleção em andamento, ressaltando o status do processo referente ao SUBPROJETO 23-1-BR-ONS-268231-CS-QCBS que se encontra já em fase de assinatura do contrato. Ainda apresentou a situação do processo SUBPROJETO 22-BR-ONS-268230-CS-QCBS que se encontra com a fase de avaliação de propostas técnicas já finalizada e com o respectivo relatório já preparado conforme o padrão do Banco e os relatórios já discutidos com o Banco no passado. A missão destacou que o plano de aquisições do ONS contempla 05 (cinco) atividades pendentes de início, ao que o ONS esclareceu que essas atividades são dependentes da execução do contrato do SUBPROJETO-23.

b) Aquisições/Contratações prioritárias para 2023: Considerando o quadro das licitações em 2023 e tendo já sido superada mais da metade do prazo de execução do projeto, a missão destacou a necessidade de especial atenção para a identificação das atividades prioritárias do Projeto a serem implementadas no decorrer do ano de 2023. Do ponto de vista de aquisições, a recomendação da missão é no sentido que o Projeto com o apoio do Banco defina uma lista de prioridades levando em conta principalmente: (i) os objetivos do projeto; (ii) a capacidade de respostas das agências; (iii) a complexidade das atividades; (iv) a disponibilidade e o interesse do mercado; (v) simplificação dos fluxos de licitações no estado; (vi) capacidade de planejamento e operação da agências, (vii) disponibilidade de orçamento.

c) Desempenho de Aquisições: A missão ressaltou que o projeto, como um todo, teve um desempenho moderadamente satisfatório.

No tocante ao planejamento adequado das aquisições, a missão reforçou a importância e a obrigatoriedade de cada agência executora atualizar e submeter o seu respectivo plano de aquisições para aprovação do Banco via o Sistema STEP (*Systematic Tracking of Exchanges in Procurement*).

d) Gerenciamento de Contratos:

Com o início da execução dos contratos já se aproximando, em especial do ONS e da CCEE, a missão destacou que se faz necessária a adoção de medidas para o gerenciamento dos contratos de todos os componentes e agências executoras do projeto. Nesse sentido, a CCEE pontuou que já possui sistema próprio de gerenciamento de contratos mas que não está familiarizada com os procedimentos de gerenciamento de contratos padrão do Banco, o mesmo contexto se verifica do lado do ONS. Diante disso, a missão informou sobre a realização de treinamento de gerenciamento de contratos dirigido a todas as agências executoras e a ser realizado nas dependências da CCEE tentativamente na última semana de abril ou outra data definida em comum acordo com o MME e demais agências. Adicionalmente, a missão ainda destacou a necessidade de preparação dos Planos de Gerenciamento para os principais contratos em fase de contratação, tais como os do ONS e CCEE.

Plano de Ação acordado em Março/2023

Atividade	Responsável	Prazo Acordado	Status
1. Apresentação do cronograma de execução do novo processo de seleção de serviços de consultoria de Transformação Digital do Programa de Outorga 4.0.	ANM	30/03/2023	A cumprir
2. Revisão e submissão do plano de aquisições da ANM via Sistema STEP.	ANM	30/03/2023	A cumprir
3. Revisão e submissão do plano de aquisições da CCEE via Sistema STEP	CCEE	30/03/2023	A cumprir
4. Mapeamento das etapas das aquisições propondo otimização de etapas e redução de prazos internos de análise	CCEE	30/03/2023	A cumprir
5. Elaborar um plano de ação para o gerenciamento dos contratos do projeto	CCEE	30/05/2023	A cumprir
6. Revisão e submissão do plano de aquisições do MME via Sistema STEP	MME	30/03/2023	A cumprir
7. Elaborar um plano de ação para mitigar os atrasos das aquisições, incluindo o mapeamento das etapas internas das aquisições e propondo otimização e redução de prazos internos de análise.	MME	30/03/2023	A cumprir
8. Treinamento de Gerenciamento de Contratos	Banco / MME / CCEE	Última semana de Abril/2023	A cumprir

Diane das discussões realizadas e da expectativa do aumento do ritmo da implementação das licitações, a missão recomenda as seguintes classificações para o projeto:

- i) o desempenho das licitações do Projeto resta classificado como **Moderadamente Satisfatório (MS)**, e
- ii) o Processamento das Licitações e o Gerenciamento de Contratos restam classificados como de risco **Moderado (M)**.

Espera-se que a implementação das recomendações do Banco resulte na atualização positiva dos riscos ora classificados, o que será constado na próxima missão.

Anexo 6: Lista de Participantes da Missão

Banco Mundial

Johannes Zutt, Diretor do Banco Mundial para o Brasil
Sophie Naudeau, Gerente de Operações
Luis Alberto Andres, Coordenador do Programa de Infraestrutura
Alexandre Kossoy, Especialista Financeiro Sênior
Carlos Antonio Costa, Especialista Sênior em Energia
Jimmy Pannett, Especialista em Energia e co-gerente do Projeto
Pierre Audinet, Especialista Principal em Energia e co-gerente do projeto

MME

Alexandre Silveira de Oliveira, Ministro de Minas e Energia
Efraim Cruz, Secretário Executivo
Thiago Barral, Secretário de Planejamento e Transição Energética
Gustavo Santos Masili, Secretário de Planejamento Energético
Patrícia Pego, Coordenadora-geral na Secretaria de Geologia e Mineração - SGM
André Perim, Equipe da Secretaria de Energia Elétrica
Walmir José Souza, Coordenador-Geral do Projeto
Laerte Brito, Coordenador de Planejamento, Controle e Finanças
Isis Bezerra Cavalcanti, Coordenadora de Gestão de Projetos
Bruno Barros, Coordenador de Licitação

ANM (Agência Nacional de Mineração)

Fabio Borges
Cristine Hortência Coutinho Pontes, Assessoria Técnica
Romulo, Coordenação de Pesquisa Mineral
José Iago Pereira dos Santos, Coordenação Administrativo-Financeira

CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica):

Fabiana Mesquita, Gerente
Priscila Horie, Gerente executiva
Naíara Sousa, Analista de Aquisições
Tatiâne Vicolá,

CPRM (Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais)

Américo Caiado Pinto, DEPAT/LAMIN|LABORATORIO DE ANALISES MINERAIS, Coordenador da Rede LAMIN)
Paulo Romano
Gilmar Rizzoto
Vitor Feitosa SERAFI-BR|SERAFI BR - AREA DE PESSOAL
Suliman Tadei de Souza, Chefe do DEAMP - Departamento de Administração de Material e Patrimônio

EPE (Empresa de Pesquisa Energética):

Angela da Costa, Superintendente Derivados de Petróleo
Elisangela Almeida
Heloisa Esteves, Diretora de Estudos de Petróleo, Gás e Biocombustíveis

Lauro Damasceno, Analista de Gestão Corporativa da Superintendência de Recursos Logísticos
Leandro Galiza, Superintendente Adjunto de Licitações e Contratos
Mariana de Azevedo, Superintendente e Ordenador de Despesa
Patricia Bonfim Stelling, Consultora Técnica II da Superint. de Derivados de Petróleo e Biocombustíveis
Patricia Nunes, Assessora da Presidência e ponto focal
Rachel Henriques, Consultora Técnica II da Superint. de Derivados de Petróleo e Biocombustíveis
Regina Fernandes, Consultora Técnica I da Superintendência de Petróleo e Gás Natural
Renata Nogueira Francisco de Carvalho, Assessor de Diretoria de Estudos de Energia Elétrica
Sandro da Silva Abílio, Superintendente de Recursos Financeiros

ONS (Operador Nacional de Sistema Energético)

Angela Barbosa Greenhalgh, Gerente de Estratégica e Inovação e ponto focal
Fábio Corte, Gerente Executivo de Estratégia e Inovação
Max Eduardo Nascimento, Analista Financeiro

SEE

Aline Teixeira Eleutério Martins
Frederico Teles

SGM

Dione Macedo
Enir Sebastião Mendes

SPE

Thiago Barral, Secretário de Planejamento Energético
Mariana Espécie, Diretora de Planejamento Energético
Gustavo Masili, Diretor do Departamento de Informações e Estudos Energéticos
Luis Fernando Badanhan
Esdras Godinho Ramos